

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 220 p.

Uma nova abordagem ao estudo das políticas educacionais

Maria Inês Marcondes*

Cristina Freund**

Vania Finholdt Leite***

“No centro da atuação da política está a escola – mas a escola não é nem uma entidade simples nem coerente.”

(BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 201)

1

Essa citação reflete bem a dificuldade de estudar as políticas no contexto das escolas, tarefa que Stephen J. Ball vem buscando desenvolver desde o início da década de 1990 (BALL, 1993, 1994). No livro, os autores baseiam-se em uma perspectiva pós-estruturalista e em teorias críticas do discurso, especialmente Foucault (BALL, 1990). Para Mainardes, Ferreira e Tello (2011, p. 156), em seus trabalhos, Ball prioriza o enfoque da disputa pelo poder e pelo conhecimento na elaboração/colocação em prática das políticas, sendo a ação de todos os atores, dos políticos aos membros de uma determinada comunidade escolar, crucial para a ação e a análise das políticas.

Assim, o que é inédito no campo da educação, abordado de forma mais aprofundada no livro *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*, é o enfoque sobre o binarismo entre política e prática, pois, já na introdução à edição brasileira, os autores informam que sua premissa é justamente “erradicar esse binarismo enganoso”, e o livro “[...] oferece um relato fundamentado de como os professores realmente fazem política na prática” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 9).

No livro, os autores desenvolvem a *theory of policy enactment*. O livro busca, então, aprimorar uma teoria da atuação de política (*policy enactment*), tendo como base uma pesquisa qualitativa indutiva, realizada em quatro escolas, de acordo com os autores, “contrastantes” e comuns na Inglaterra. Essa teoria parece constituir-se em uma ampliação das ideias que Ball e colaboradores

* Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). E-mail: <mim@puc-rio.br>.

** Professora do Colégio Pedro II. Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). E-mail: <csfreund@gmail.com>.

*** Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). E-mail: <vfaleite@uol.com.br>.

já haviam indicado ao apresentar o ciclo de políticas, em especial, o contexto da prática (BOWE et al., 1992; BALL, 1994)¹.

Enactment é um termo de difícil tradução. Em uma entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2009), Ball assim define o termo *enactment*, traduzido no livro por “atuação”:

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim. (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305).

Com base nessas ideias, o revisor da tradução assim explica o conceito de *enactment*:

O termo *enactment* é de difícil tradução. Originalmente, essa palavra tem sido usada no contexto legal para descrever o processo de aprovação de leis e de decretos. Neste livro, os autores a utilizam no sentido teatral, referindo-se à noção de que o ator possui um texto que pode ser apresentado/representado de diferentes formas. O texto, no entanto, é apenas uma pequena parte (porém, uma parte importante) da produção. Os autores usam esse termo para indicar que as políticas são interpretadas e materializadas de diferentes e variadas formas. Os atores envolvidos (no caso, os professores) têm o controle do processo e não são “meros implementadores” das políticas. Para a Língua Portuguesa, ‘*policy enactment*’ pode ser entendido como as políticas são encenadas, colocadas em ação. É importante destacar que Stephen J. Ball rejeita a noção de que as políticas são implementadas. Elas estão sujeitas a processos de tradução e de interpretação no contexto da prática. (BALL; MAGUIRE; BRAUN; 2016, p. 12)².

Esse é o segundo livro de Stephen Ball traduzido para o português para a Editora UEPG por Janete Bridon. O primeiro foi *Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*, publicado em 2014 (BALL, 2014). A obra intitulada *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias* é tradução do original *How schools do policy: policy enactments in secondary schools*, que foi publicada pela editora Routledge em 2012. Stephen Ball é pesquisador bastante conhecido no Brasil e tem concedido a acadêmicos brasileiros várias entrevistas (MAINARDES; MARCONDES, 2009; ROSA, 2013; AVELAR, 2016; MAINARDES, 2015), explicitando aspectos de sua obra. Ball é sociólogo e foi professor no Instituto de Educação da Universidade de Londres, Reino Unido, e ocupou a *Cátedra Karl Mannheim*. Atualmente é *Distinguished Service of Sociology of Education*, no mesmo Instituto. Tanto Meg Maguire como Anete Braun são professoras na área de Sociologia da Educação em Londres, a primeira no King’s College, e a segunda no Instituto de Educação.

A tradução conta com importantes notas de rodapé sobre o sistema educacional britânico, que se diferencia bastante do contexto brasileiro. Outros textos de Stephen J. Ball podem ser encontrados na coletânea publicada no Brasil (BALL; MAINARDES, 2011) e na lista publicada no site www.uepg.br/gppepe (MAINARDES; STREMEL, 2015).

O livro resenhado é composto por sete capítulos, e, de acordo com os autores, a leitura pode ser feita na ordem de interesse do leitor, embora o último apresente uma tentativa de síntese de toda a pesquisa.

¹ A respeito da abordagem do ciclo de políticas, ver Mainardes (2006, 2007).

² A respeito dos conceitos de interpretação e tradução, ver Lendvai e Stubbs (2012).

O primeiro capítulo, *Fazendo pesquisa sobre atuação de políticas*, é a introdução da obra, onde os autores apresentam o projeto da pesquisa. O livro baseia-se em projeto financiado pela principal agência de pesquisa do Reino Unido, com a intenção de “[...] “testar” e desenvolver as nossas ideias sobre atuação das políticas” (BALL, 2016, p. 25). Seus dois objetivos principais anunciam a importante contribuição do livro: a) objetivo teórico da pesquisa, “o desenvolvimento de uma teoria de atuação das políticas”, que possa ser usada e ampliada por outros pesquisadores; e b) objetivo empírico, a “exploração crítica de atuação” (BALL, 2016, p. 25) de três políticas distintas em contextos similares, que permite, ao pesquisador, analisar as atuações das políticas a partir de uma contextualização em escolas específicas.

Os autores apresentam as questões que orientaram a pesquisa:

Como indivíduos e grupos de atores diferentes interpretam e atuam a política em contextos específicos de múltiplas demandas de políticas, dados os recursos disponíveis para eles?

Como e de que maneira fatores socioculturais, históricos e contextuais afetam as maneiras pelas quais as escolas atuam as políticas? E assim,

Como diferenças entre escolas podem ser explicadas na atuação das políticas? (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 25).

Os pesquisadores buscam responder às questões a partir de dados gerados por meio de observações nas escolas durante cerca de dois anos e meio, entrevistas, participação em reuniões e dados coletados junto aos sistemas administrativos escolares em variados documentos. Os autores utilizam, para a análise, uma gama de recursos teóricos que, apesar de sua diversidade, complementam-se e são descritos nesse capítulo. Assim, além de situar o leitor, quanto aos aspectos empíricos da pesquisa, esse texto inicial realiza uma primeira síntese teórica de como os autores compreendem o conceito de *policy enactment* – traduzido por *atuação da política*.

No segundo capítulo, *Levando o contexto a sério*, os autores rompem com a visão de uma escola ideal proposta pelas políticas, apresentando um dispositivo heurístico para os pesquisadores, desafiando-os a incorporarem em suas análises da política o contexto situado, o aspecto material, estrutural e o relacional que estão sobrepostos e interconectados quando a política é colocada em ação em cada escola. Esses aspectos são essenciais, e, segundo os autores, muitas vezes, não são abordados nas análises. Para eles, o contexto é único em cada escola, mesmo que, em princípio, pareçam similares.

No terceiro capítulo, *Fazendo atuação: pessoas, significados e trabalho com políticas*, os autores abordam o conceito de interpretação e de tradução das políticas realizadas pelos diversos atores no processo de colocá-las em ação. A interpretação trata de uma estratégia de decodificação da política, a partir da interação das demandas da escola com as necessidades políticas apresentadas. Isso significa que a leitura da política é realizada com a finalidade de se atribuir um sentido para aquele contexto local e para as histórias dos sujeitos envolvidos. De acordo com os autores, algumas questões são inerentes a essa leitura: o que este texto significa para nós? O que temos de fazer? Nós temos de fazer tudo? Por isso, revela-se uma interpretação política e substantiva. A tradução trata da tática de efetivação da política, a partir de sua interpretação. Isso significa que a tradução da política é realizada com a finalidade de se criar textos institucionais e da colocação desses textos em ação, por meio de conversas, de reuniões, de planos, de eventos, de formas de aprender, bem como de produzir artefatos e emprestar ideias e práticas a outras escolas, adquirir materiais, consultar *websites* oficiais e receber suporte oferecido por membros das autoridades locais. Essas traduções também dão valor simbólico à política segundo os autores.

Assim, eles mostram que, na análise da política, não se pode considerar os atores como iguais, porque eles são sempre posicionados e o lugar onde estão influi na forma como

interpretam e traduzem a política. Isso é um avanço na pesquisa sobre políticas, já que esses papéis e relações não são analisados, em geral, por pesquisadores, como os autores apontam.

No quarto capítulo, *Sujeitos da política: criatividade restrita e tecnologias de avaliação nas escolas*, os autores relacionam as políticas legíveis e escrevíveis (*readerly* e *writerly*), baseando-se em Barthes, ao que denominaram *políticas imperativas/disciplinares* e *políticas exortativas/ de desenvolvimento*. Ball, Maguire e Braun detalham e exploram como as quatro escolas colocam em ação políticas nacionais de resultados, de forma que seus alunos obtenham índices mínimos em Inglês e Matemática. Eles explicitam tensões e conflitos vivenciados pelos professores entre as demandas das políticas de desempenho, os valores defendidos por eles e o que consideram ser importante para os alunos. Essas tensões acabam por deixar a “aprendizagem profunda” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 122) em segundo plano. A atuação das políticas faz com que os professores construam, produzam e até mesmo comprem “[...] várias tecnologias de avaliação na sua unidade para ‘entregar’ a agenda de padrões” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 27, grifo dos autores).

Comportamento, gestão da sala de aula e controle do estudante têm sido sempre área de atenção de elaboradores de política, gestores e professores no Reino Unido. Esse é o foco do quinto capítulo - *Política em prática: fazendo política de comportamento nas escolas*. Discursos sobre a política “[...] articulam uma visão particular do que significa ‘se comportar’ e fornecem recursos retóricos que podem ser utilizados para legitimar políticas e práticas [...]” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 152, grifo dos autores). Os discursos são concretizados em diversos meios, como em manuais, orientações e cursos de formação para professores. Os esforços coletivos na atuação da política de comportamentos demandam, dos professores, a aquisição de conhecimentos especializados e diferentes formas de “treinamento”, os quais tentam conjugar crenças e valores em um conjunto que fica desorganizado, repleto de incoerências e contradições. Assim, ao colocarem a política em prática, os atores geram “[...] co-construções ‘desordenadas’, desmanteladas e falhas” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 168, grifo dos autores). Os autores concluem que, nas quatro escolas observadas, especialmente em relação à política de comportamento, ela sempre parecia “[...] estar inacabada, ou em vias de ser alterada” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 168), destacando o caráter criativo, original, desordenado e, muitas vezes, incoerente da atuação da política.

Baseando-se principalmente em conceitos de Foucault, no sexto capítulo, *Artefatos de política: discursos, representações e traduções*, os autores buscam analisar como formações discursivas das políticas se fazem presentes nas escolas, diferenciando-as à medida que produzem discursos sobre o que é ser um bom aluno, bom professor e ser escolarizado. Os autores trazem importantes reflexões sobre os desafios da análise dos dados visuais, como cartazes, murais e sobre como esses artefatos contribuem para a governamentalidade escolar, criando consensos sobre o que é importante na escola, naturalizando esses discursos.

Ball, Maguire e Braun finalizam o livro com o capítulo *Em direção a uma Teoria da atuação*. Retomando o desenho da pesquisa qualitativa indutiva, cujo “método” principal de análise conjuga teoria e empiria, os autores procuram compreender o “como” e “o que” de atuação de políticas, não as próprias políticas, para chegar a uma Teoria de atuação, utilizando-se de conceitos de Foucault. Nas palavras dos autores, “[...] a obra de Foucault forneceu-nos provocações para pensar diferentemente sobre o trabalho de política” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 191). Como pontos fortes da interação teoria e empiria, os autores destacam a importância das práticas, pois as políticas são postas em ação de formas “rotineiras e banais” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 192), ou, baseados em Foucault, dentro de um “completo microfísico”, em que os professores produzem sentidos, mas também são influenciados pelos

discursos presentes nos diversos artefatos e tecnologias educacionais. Os autores apontam que é difícil, para os professores e gestores, resistirem a essas tecnologias, inclusive por conta da “cadeia de entrega”, da articulação forte entre “aprendizagem e política” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 194). Eles destacam que, embora as políticas sejam feitas para parecerem lineares e racionais, são, na verdade, uma bricolagem entre diversos discursos, com ética e valores diferentes e controversos.

No capítulo final, os autores ressaltam, entre outros aspectos, a impossibilidade que eles mesmos tiveram de articular o conceito de resistência na pesquisa. Nessa parte, Ball, Maguire e Braun citam Giroux, entre outros autores. Lembramos que a discussão entre a relação política e prática não é nova em Educação. Já na década de 1990, Giroux foi um dos primeiros a enfatizar a importância dos professores como atores, denunciando as tentativas políticas de enquadrá-los como “[...] técnicos especializados dentro da burocracia escolar, cuja função, então, torna-se administrar e implementar programas curriculares” (GIROUX, 1997, p. 158). Argumentava o referido autor sobre a necessidade de os professores serem vistos como intelectuais transformadores, inspirados em Gramsci e Paulo Freire, combinando reflexão e prática acadêmica.

Teorizando sobre a atuação política os autores ressaltam que

No centro da atuação da política está a escola – mas a escola não é nenhuma entidade simples nem coerente. [...] As escolas não são uma peça só. Elas são redes precárias de grupos diferentes e sobrepostos de pessoas, de artefatos e de práticas. [...] As escolas são também diferentes lugares em diferentes épocas do ano, ou do dia, ou em partes do semestre - mais ou menos carregadas ou relaxadas. As escolas são organizações orgânicas que são, pelo menos em parte, o produto do seu contexto - perfis de pessoal, matrículas e aspirações dos pais - bem como sendo influenciadas por aspectos práticos, tais como o alojamento da escola, a construção e o seu ambiente circundante. Há um contexto social e uma materialidade para a política. (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 201).

Em outro momento, Ball já havia mencionado os limites das análises da atuação das políticas, pois não estávamos levando em conta a dificuldade de investigar, a partir de uma visão ordenada daqueles que atuam nas escolas e não considerando o caráter precário, incoerente, desorganizado daqueles que atuam no micro universo das escolas. Referindo-se à pesquisa publicada no livro *The micro-politics of the school: toward a theory of the school organization*, Ball (1987), em entrevista concedida a Avelar (2016), afirmou:

Basicamente, novamente partindo da posição dos dados empíricos, me parecia que aqueles materiais teóricos simplesmente falhavam em representar a desordem, a bagunça, a incoerência da vida política das escolas, e processos concomitantes de luta, conflito e comprometimento. (AVELAR, 2016, p. 4).

Professores e gestores são protagonistas da política, mas sua atuação nem sempre é coerente. Eles realizam o que podem dentro dos limites que lhes são impostos de acordo com recursos disponíveis.

Para concluir, afirmamos que o livro traz importantes contribuições a uma gama de atores da Educação, indo de formuladores de políticas, gestores e professores a pesquisadores e acadêmicos. A leitura do livro é essencial também para alunos de Pós-Graduação e Graduação. A intenção dos autores é oferecer ferramentas para analisar, compreender e potencializar o envolvimento criativo de todos ao colocarem as políticas, de forma crítica, em prática, sem deixar de sinalizar os limites do próprio modelo heurístico do *enactment* desenvolvido no livro. Assim como no Reino Unido, estudantes, pesquisadores e formuladores de políticas brasileiros se veem

provocados e convidados a explorarem e ampliarem esse modelo. Após a leitura do livro, nunca mais se poderá analisar as políticas educacionais e atuar nas escolas de forma ingênua e descompromissada.

Referências

AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 24, 2016. DOI: 10.14507/epaa.24.2368

BALL, S. J. **The micro-politics of the school**: toward a theory of the school organization. London: Routledge, 1987.

BALL, S. J. Introducing monsieur Foucault. In: BALL, S. J. **Foucault and education**: disciplines and knowledge. London: Routledge, 1990. p. 1-8.

BALL, S. J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. **Discourse: studies in the cultural politics of education**, v. 13, n. 2, p. 10-17, abr. 1993. DOI: 10.1080/0159630930130203

BALL, S. J. **Education reform**: a critical and post-structured approach. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1994.

BALL, S. J. **Educação global S.A**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **How schools do policy**: policy enactments in secondary schools. London: Routledge; Taylor and Francis Group, 2012.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BOWE, R.; BALL, S. J. with GOLD, A. **Reforming education & changing schools**: case studies in Policy Sociology. London: Routledge, 1992.

GIROUX, H. A. Professores como intelectuais transformadores. In: GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 157-164.

LENDVAI, N.; STUBBS, P. Políticas como tradução: situando as políticas sociais transnacionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 11-31, jan./jun. 2012. DOI: DOI:10.5212/PraxEduc.v.7i1.0001

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, jan./abr. 2006. Doi: 10.1590/s0101-73302006000100003

MAINARDES, J. Entrevista com o professor Stephen Ball. **Olhares**, Guarulhos, v. 3, n. 2, p. 161-171, 2015.

MAINARDES, J. **Reintepretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. DOI: 10.1590/s0101-73302009000100015

MAINARDES, J.; STREMEL, S. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas**. Disponível em: <www.uepg.br/gppepe>. Acesso em: 16 fev. 2017.

ROSA, S. S. da. Entrevista com Stephen J. Ball. Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 457-466, abr./jun. 2013. DOI: 10.1590/s1413-24782013000200012